**ANEXO I – Atestado da correspondência do caso concreto ao Parecer Referencial**

**Certidão**

Atesto que:

1) o caso em análise nos presentes autos se amolda à orientação jurídica traçada no PARECER REFERENCIAL PGE/MS/CJUR-SEL/Nº 001/2023 (anexado);

2) foram seguidas as recomendações contidas no PARECER REFERENCIAL PGE/MS/CJUR-SEL/Nº 001/2023;

Por ser verdade, dou fé.

Campo Grande (MS), ..... de ................ de .........

[Nome do servidor]

[cargo/função]

Matrícula n.° .....................

**ANEXO II**

**LISTA DE VERIFICAÇÃO – FASE PREPARATÓRIA DO PREGÃO ELETRÔNICO**

1. A lista de verificação representa os requisitos mínimos a serem analisados pela área técnica e não dispensa a necessidade de se verificar as peculiaridades do caso concreto para tratamento de questões as quais, pela sua especificidade, não poderiam ser abordadas em uma lista geral.
2. Recomenda-se a juntada da lista preenchida nos autos e a cientificação dos seus termos aos órgãos assessorados respectivos.
3. Na utilização da presente lista, deverá o servidor responsável analisar e verificar se eventual RESPOSTA NEGATIVA é causa para devolução do processo para complementação da instrução ou se pode ser objeto de ressalva.
4. Na 3ª coluna, preencher apenas com as letras “S”, “N”, “N.A.”, sendo: S – SIM, N – NÃO, N.A. – NÃO SE APLICA.

**LISTA DE VERIFICAÇÃO DO ORGÃO/ENTIDADE DEMANDANTE**

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Item** | **PRÉVIA AUTORIZAÇÃO DA SEGOV** | **“S”, “N”, “N.A.”** | **F.** |
| **1.** | Consta no início dos autos o documento que contém a concordância da Secretaria de Estado de Governo e Gestão Estratégica (SEGOV) para a continuidade da contratação? (art. 3º do Decreto Estadual nº 16.138/2023) |  |  |
| **1.1.** | Caso a concordância de que trata o item 1 tenha sido proferida com ressalvas, foram promovidas as alterações indicadas pela SEGOV? |  |  |
| **Item** | **PROCEDIMENTO INICIAL** | **“S”, “N”, “N.A.”** | **F.** |
| **1.** | Houve abertura de processo administrativo pela autoridade máxima do órgão ou da entidade demandante, por meio da elaboração do “*instrumento de oficialização de pedido*”? (art. 5º do Decreto nº 15.941/2022).  *OBS: A autoridade máxima com competência para a elaboração do “instrumento de oficialização de pedido” são os Secretários de Estado para os órgãos da Administração Direta (art. 26, III, da Lei Estadual n. 6.035/2022) e os Dirigentes Superiores das Entidades da Administração Indireta (art. 27, I e II, da Lei Estadual n. 6.035/2022).* |  |  |
| **1.1** | Caso a atribuição para a abertura do procedimento tenha sido delegada pelas autoridades máximas (§2º do art. 5º do Decreto nº 15.941/2022), consta dos autos a portaria ou resolução delegando os poderes para o agente púbico delegatário? |  |  |
| **2.** | O “*instrumento de oficialização de pedido*” está em conformidade com o modelo constante do Anexo I do Decreto nº 15.941/2022? |  |  |
| **3.** | O “*instrumento de oficialização de pedido*” contém a justificativa da necessidade da contratação e a indicação do agente da contratação da fase interna (art. 5º do Decreto nº 15.941/2022)? |  |  |
| **3.1** | O agente de contratação da fase interna foi designado dentre os servidores efetivos ou empregados públicos dos quadros permanentes da Administração Pública do Poder Executivo Estadual? (art. 3º, *caput*, do Decreto nº 15.937/2022)? |  |  |
| **4.** | O agente de contratação da fase interna designou a equipe de planejamento da contratação? |  |  |
| **Item** | **ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR (ETP)** | **“S”, “N”, “N.A.”** | **F.** |
| **1.** | O processo de contratação possui Estudo Técnico Preliminar (§ 1º do art. 18 da Lei Federal nº 14.133, de 2021)? |  |  |
| **2.** | O ETP deixou de ser elaborado em razão de uma das hipóteses de dispensa do inciso III do §6º do art. 7º ou de uma das hipóteses que o torna facultativo do §7º do art. 7º, ambos do Decreto Estadual nº 15.941/2022? |  |  |
| **2.1** | Na hipótese de não elaboração do ETP por uma das hipóteses facultativas do §7º do art. 7º do Decreto Estadual nº 15.941/2022, a equipe de planejamento apresentou as justificativas aptas a comprovarem uma daquelas situações, bem como demonstrou a inexistência de nova(s) solução(ões) no mercado? |  |  |
| **2.2.** | Quando não elaborado o ETP, os seus elementos obrigatórios (descritos no § 2º do art. 18 da Lei Federal nº 14.133, de 2021) constam no Termo de Referência? |  |  |
| **3.** | O ETP foi elaborado antes do Termo de Referência? (art. 6º, XX, da Lei nº 14.133/2021) |  |  |
| **4.** | O ETP contém os elementos obrigatórios descritos no § 2º do art. 18 da Lei Federal nº 14.133, de 2021?  *OBS: O ETP deve conter, obrigatoriamente: a descrição da necessidade da contratação (inc. I); (b) a estimativa das quantidades para a contratação (inc. IV); (c) a estimativa do valor da contratação (inc. VI); (d) a justificativa para o parcelamento ou não da solução (inc. VIII); e) o posicionamento conclusivo sobre a viabilidade da contratação (inc. XIII).* |  |  |
| **4.1** | Os elementos não obrigatórios do ETP e que não tenham sido contemplados na elaboração do documento analisado tiveram a sua ausência devidamente justificada pela equipe de planejamento?  OBS: *Os elementos não obrigatórios do ETP são os seguintes: a) demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual (inc. II); b) requisitos da contratação (inc. III); c) levantamento de mercado (inc. V); d) descrição da solução como um todo (inc. VII); e) demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis (inc. IX); f) providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato (inc. X); g) contratações correlatas e/ou interdependentes (inc. XI); h) descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras (inc. XII).* |  |  |
| **5.** | A equipe de planejamento indicou a necessidade da contratação? |  |  |
| **6.** | O ETP apresentou as soluções existentes no mercado e promoveu uma efetiva análise comparativa entre elas? |  |  |
| **6.1** | A análise comparativa entre as soluções foi orientada por algum dos critérios elencados pelo §1º do art. 7º do Decreto n.º 15.941/2022?  *OBS: I - vantajosidade econômica, preferencialmente pela comparação do custo total das soluções propostas e da solução atual, quando for o caso; II - ganhos de eficiência administrativa, pela economia de tempo, de recursos materiais e de pessoal; III - continuidade sustentável do modelo de fornecimento do bem ou da prestação de serviço para a Administração Pública Estadual; IV - sustentabilidade social e ambiental, por meio da consideração de objetivos secundários da política de compras públicas; V - incorporação de tecnologias que permitam ganhos de eficiência, exatidão, segurança, transparência, impessoalidade, padronização ou controle; VI - possibilidade de compra ou de locação de bens, a serem avaliados os custos e os benefícios de cada opção para escolha da alternativa mais vantajosa; VII - opções menos onerosas à Administração Pública Estadual, tais como chamamentos públicos de doação e permutas.* |  |  |
| **6.2** | Quando houver a possibilidade de compra ou de locação de bens, o ETP considerou os custos e os benefícios de cada opção, com indicação da alternativa mais vantajosa? (art. 44 da Lei nº 14.133/2021) |  |  |
| **6.3** | Ao final do levantamento, foi demonstrado que a solução escolhida é a que mais se aproxima dos requisitos definidos e que mais promove a competição, levando-se em conta os aspectos de economicidade, eficácia, eficiência e padronização, bem como as práticas de mercado? |  |  |
| **7.** | Em relação aos quantitativos dos bens que se pretende adquirir, o ETP indica a memória de cálculo e a metodologia utilizada para se chegar na estimativa? |  |  |
| **7.1** | Foram juntados os documentos que corroboram as estimativas fixadas no ETP? |  |  |
| **8.** | O ETP contém justificativas para o parcelamento ou não da contratação? (inciso VIII, §1º, do art.18 e §§2º e 3º do art. 40) |  |  |
| **8.1** | A opção pelo parcelamento da contratação considerou uma das circunstâncias descritas no §2º do art. 40 da Lei nº 14.133/2021?  OBS: *§ 2º Na aplicação do princípio do parcelamento, referente às compras, deverão ser considerados: I - a viabilidade da divisão do objeto em lotes; II - o aproveitamento das peculiaridades do mercado local, com vistas à economicidade, sempre que possível, desde que atendidos os parâmetros de qualidade; e III - o dever de buscar a ampliação da competição e de evitar a concentração de mercado.* |  |  |
| **8.2** | A opção pelo NÃO parcelamento da contratação foi fundamentada em uma das hipóteses do §3º do art. 40 da Lei nº 14.133/2021?  OBS: *§ 3º O parcelamento não será adotado quando: I - a economia de escala, a redução de custos de gestão de contratos ou a maior vantagem na contratação recomendar a compra do item do mesmo fornecedor; II - o objeto a ser contratado configurar sistema único e integrado e houver a possibilidade de risco ao conjunto do objeto pretendido; III - o processo de padronização ou de escolha de marca levar a fornecedor exclusivo.* |  |  |
| **8.3** | No caso de a contratação vedar a participação de empresas reunidas em consórcio, foram apresentadas as justificativas que motivaram essa decisão? |  |  |
| **8.4** | No caso de a contratação ter permitida a subcontratação parcial do objeto, foram apresentadas as justificativas que motivaram essa decisão e fixados os limites e parcelas do objeto que poderão ser subcontratadas? |  |  |
| **9.** | O ETP demonstrou a previsão da contratação no plano de contratações anual - PCA? (art. 18 da Lei nº 14.133, de 2021) |  |  |
| **10.** | O ETP foi assinado, rubricado em todas as suas folhas e datado pela equipe de planejamento da contratação? (13 do Decreto Estadual n.º 15.941/2022) |  |  |
| **Item** | **TERMO DE REFERÊNCIA** | **“S”, “N”, “N.A.”** | **F.** |
| **1.** | Foi utilizada a versão mais atualizada da minuta padrão de Termos de Referência para compras de bens comuns, aprovada pela PGE/MS? |  |  |
| **2.** | Consta nos autos a “*Certidão de Atendimento da Minuta Padronizada*” que atesta que o conteúdo do Termo de Referência seguiu a versão mais atualizada da minuta-padrão aprovada pela PGE/MS? |  |  |
| **2.1** | A certidão informou se foi incluído/excluído/alterado algum elemento da minuta padronizada que demanda análise jurídica? |  |  |
| **2.2** | A necessidade de análise jurídica de que trata o subitem 2.1 desta lista de verificação já está abrangida pelas recomendações contidas no Parecer Referencial PGE/MS/CJUR-SEL nº 01/2023?  *OBS: Em caso negativo, os autos devem ser remetidos à PGE/MS, para a análise específica sobre esses pontos (Decreto 15.404, de 2020).* |  |  |
| **3.** | A especificação do objeto no Termo de Referência observou a existência de catálogo eletrônico de padronização? |  |  |
| **3.1.** | A não utilização do catálogo eletrônico de padronização foi justificada por escrito e anexada ao respectivo processo licitatório? (art. 19, §2º, da Lei nº 14.133/2021) |  |  |
| **4.** | Para os fins do disposto no Decreto nº 15.775/2021, o objeto a ser adquirido e que se caracterize como “bem de consumo”, foi qualificado como de qualidade “comum”? |  |  |
| **4.1.** | Os requisitos que podem resultar em uma restrição na competitividade foram devidamente justificados nos autos? |  |  |
| **5.** | O Termo de Referência especificou a duração do contrato, bem como se este se caracteriza como fornecimento contínuo ou contrato por escopo? |  |  |
| **5.1** | Caso tenha sido classificado como fornecimento contínuo, foi demonstrada a vantagem econômica para a vigência plurianual? |  |  |
| **6.** | Na hipótese de prévia indicação de marca para a aquisição de determinado bem foi apresentada a justificativa em uma das hipóteses do inciso I do art. 41 da Lei nº 14.133/2021?  OBS: *“a) em decorrência da necessidade de padronização do objeto; b) em decorrência da necessidade de manter a compatibilidade com plataformas e padrões já adotados pela Administração; c) quando determinada marca ou modelo comercializados por mais de um fornecedor forem os únicos capazes de atender às necessidades do contratante; d) quando a descrição do objeto a ser licitado puder ser mais bem compreendida pela identificação de determinada marca ou determinado modelo aptos a servir apenas como referência”.* |  |  |
| **7.** | O Termo de Referência especificou o tipo de garantia do produto a ser exigido?  *OBS: A garantia legal está expressa no art. 26 do Código de Defesa do Consumidor, adstrita àquelas hipóteses previstas na normativa específica: 30 dias - produtos não-duráveis e 90 dias - produtos duráveis. Por sua vez, a garantia contratual, como espécie complementar à legal, é facultativa e será conferida mediante termo escrito (art. 50 do CDC).* |  |  |
| **7.1.** | Na hipótese de ter sido exigido que os serviços de manutenção e assistência técnica sejam prestados mediante deslocamento de técnico ou disponibilizados em unidade de prestação de serviços localizada em distância compatível com as necessidades da contratação, foram apresentadas as justificativas na fase preparatória? |  |  |
| **8.** | Caso o Termo de Referência tenha exigida a prestação de garantia de proposta (art. 58) e/ou garantia contratual (art. 96), foram apresentadas as devidas justificativas para a escolha feita? |  |  |
| **9.** | A equipe de planejamento avaliou se o objeto se enquadra como “bem comum” para fins de adoção do pregão eletrônico como modalidade licitatória a ser adotada? |  |  |
| **10.** | O “critério de julgamento” ficou restrito ao “menor preço” ou o “maior desconto”? |  |  |
| **11.** | O termo de referência definiu o modo de disputa “*aberto*”, “*aberto-fechado*” ou “*fechado-aberto*” a ser adotado no certame? |  |  |
| **11.1** | A equipe de planejamento justificou a escolha do modo de disputa? |  |  |
| **12.** | Foi incluída alguma exigência de HABILITAÇÃO JURÍDICA distinta daquelas padronizadas na minuta do Termo de Referência? |  |  |
| **13.** | O Termo de Referência exigiu a apresentação de atestado de capacidade técnica como documento de HABILITAÇÃO TÉCNICA? |  |  |
| **13.1** | A exigência de atestado de capacidade técnica foi justificada nos autos? |  |  |
| **13.2** | A exigência de que trata o subitem 14 desta Lista de Verificação ficou restrita às parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto da licitação?  OBS: a “*exigência de atestados será restrita às parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto da licitação, assim consideradas as que tenham valor individual igual ou superior a 4% (quatro por cento) do valor total estimado da contratação*”. |  |  |
| **13.3** | Foi especificada a quantidade mínima da parcela do objeto que deverá ser comprovada por meio de atestado de capacidade técnica, bem como foi respeitado a quantidade de até 50% da referida parcela? |  |  |
| **14.** | A exigência de comprovação da boa situação financeira do licitante, por meio coeficientes e índices econômicos, foi justificada no processo? |  |  |
| **15.** | O Termo de Referência foi assinado, rubricado em todas as suas folhas e datado pela equipe de planejamento da contratação, bem como aprovado pela autoridade máxima do órgão ou entidade demandante? |  |  |
| **Item** | **PESQUISA DE PREÇO** | **“S”, “N”, “N.A.”** | **F.** |
| **1.** | A pesquisa de preços foi materializada em documento contendo, no mínimo, os elementos exigidos no art. 5º do Decreto nº 15.940/2022?  OBS: *I - identificação do processo administrativo; II - identificação do objeto pesquisado; III - identificação da fonte de pesquisa e o preço praticado; IV - método utilizado para a definição do valor estimado e a respectiva justificativa da escolha; V - justificativa para exclusão de preços considerados inexequíveis ou excessivamente elevados; VI - identificação do servidor responsável pela elaboração da pesquisa e do mapa comparativo de preços; VII - data da sua elaboração.* |  |  |
| **2.** | A pesquisa de preço foi realizada após a elaboração do Termo de Referência? |  |  |
| **3.** | A pesquisa de preço utilizou uma cesta de preços aceitável, com no mínimo três pesquisas? |  |  |
| **3.1** | Em caso de pesquisa com menos de três preços, apresentou-se justificativa? |  |  |
| **4.** | As pesquisas utilizaram preferencialmente os parâmetros estabelecidos nos incisos I a IV do caput do art. 4º do Decreto nº 15.540/2021? |  |  |
| **4.1.** | Em caso de não utilização da preferência de que trata o subitem 4 desta Lista de Verificação, os responsáveis pela pesquisa de preço apresentaram as justificativas cabíveis? |  |  |
| **5.** | Na hipótese em que tenha se utilizado de cotação direta com o fornecedor, foi apresentada a justificativa quanto a escolha dos fornecedores consultados? |  |  |
| **6.** | As pesquisas feitas observaram os termos iniciais e finais de validade fixados nos dispositivos legais que regem essa fase do procedimento? |  |  |
| **7.** | Foram juntados os documentos da pesquisa de preço, dentre eles, os relatórios emitidos pelos sítios eletrônicos, portais e ferramentas governamentais, das páginas consultadas dos portais de compras governamentais, dos contratos e das atas de registro de preços vigentes firmados por outros órgãos públicos, das páginas consultadas nos sites especializados e da resposta obtida perante o fornecedor, ainda que se trate de manifestação de desinteresse de ofertar cotação? |  |  |
| **8.** | Foi utilizado como métodos matemáticos para definição do valor estimado da contratação a média ou a mediana, na forma do §1º do art. 6º do Decreto nº 15.940/2022? |  |  |
| **8.1.** | Caso tenha sido utilizado outros critérios para definição do valor estimado da contratação, distintos daqueles métodos matemáticos previstos no §1º do art. 6º do Decreto nº 15.940/2022, essa circunstância foi devidamente justificada pelo servidor responsável e aprovado pela autoridade competente? |  |  |
| **9.** | A equipe de planejamento optou pela adoção do orçamento sigiloso? |  |  |
| **9.1.** | Na hipótese em que tenha sido adotado o orçamento sigiloso, foram apresentadas as razões e justificativas para a escolha feita? |  |  |
| **Item** | **ANÁLISE FEITA PELA SAD** | **“S”, “N”, “N.A.”** | **F.** |
| **1.** | Depois de realizada a pesquisa de preço e definido o valor estimado da contratação, os autos foram enviados à Secretaria de Estado de Administração (SAD) para “*a análise das informações formuladas pela área demandante nos processos*”? (art. 4º do Decreto nº 16.138/2023. |  |  |
| **Item** | **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA** | **“S”, “N”, “N.A.”** | **F.** |
| **1.** | Consta no processo a previsão de recursos orçamentários que assegurem o pagamento das obrigações? |  |  |
| **Item** | **MODALIDADE LICITATÓRIA** | **“S”, “N”, “N.A.”** | **F.** |
| **1.** | Consta no processo decisão justificada e assinada quanto a escolha da modalidade licitatória? |  |  |
| **2.** | Sendo enquadrado o objeto como bem ou serviço comum, foi adotado o pregão eletrônico? |  |  |
| **Item** | **LICITAÇÃO EXCLUSIVA E RESERVA DE COTA PARA ME/EPP** | **“S”, “N”, “N.A.”** | **F.** |
| **1.** | Consta no processo decisão analisando o tratamento diferenciado à ME e EPP? (art. 48 LC 123/2006) |  |  |
| **2.** | Na hipótese de licitação exclusiva ou cota reservada para ME/EPP, foi comprovada a existência de pelo menos 3 (três) fornecedores competitivos sediados local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório? |  |  |
| **Item** | **EDITAL E CONTRATO** | **“S”, “N”, “N.A.”** | **F.** |
| **1.** | Foram adotadas as minutas padrão de edital e contrato aprovadas pela PGE/MS? |  |  |
| **2.** | Foi incluído/excluído/alterado algum elemento das minutas padronizadas que demanda uma análise jurídica específica? |  |  |
| **3.** | Consta dos autos a “*Certidão de Atendimento das Minutas de Edital e Contrato padronizados”*, que atesta que o conteúdo do Edital e Contrato seguiu a versão mais atualizada pela PGE/MS? |  |  |
| **3.1** | A certidão informou se foi incluído/excluído/alterado algum elemento da minuta padronizada que demanda análise jurídica? |  |  |
| **3.2** | A necessidade de análise jurídica de que trata o subitem 3.1 desta lista de verificação já está abrangida pelas recomendações contidas no Parecer Referencial PGE/MS/CJUR-SEL nº 01/2023?  *OBS: Em caso negativo, os autos devem ser remetidos à PGE/MS, para a análise específica sobre esses pontos (Decreto 15.404, de 2020).* |  |  |
| **Item** | **ENCERRAMENTO DA FASE PREPARATÓRIA** | **“S”, “N”, “N.A.”** | **F.** |
| **1.** | O agente de contratação da fase interna certificou o encerramento da fase preparatória? (caput do art. 12 do Decreto nº 15.941/2022) |  |  |